

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 183/2011

POLÍTICA E ÉTICA

Ética é um sentimento de dever, é um conjunto de regras de conduta, é um capítulo da filosofia ou um mandamento da religião; é um fruto do pensamento, do sentimento compartilhado ou da fé, não é uma atividade do ser humano que tenha finalidade e deva apresentar resultados. A Ética pode trazer resultados: os pensadores da Grécia Clássica afirmavam que a Ética conduzia à felicidade pessoal; o pensamento corrente de hoje argumenta que a Ética das instituições cria o respeito e o acatamento, fortalecendo essas instituições. De um modo geral, todavia, a Ética é um dever de todos os membros e organismos de uma sociedade, independente de qualquer cálculo dos seus resultados. Trata-se de um conjunto de normas de caráter fundacional para as sociedades.

Política é a luta pelo poder e o exercício do poder numa sociedade; é uma prática, uma atividade bastante concreta da qual se esperam resultados também concretos, resultados que são os mais importantes para a vida humana em coletividade, afetando até mesmo a sua sobrevivência. Por isso se considera a Política a atividade mais nobre do homem civilizado.

São obviamente duas coisas bem distintas e, como a Ética, por definição filosófica ou religiosa, pretende balizar todas as ações humanas, a Política deve a ela se submeter e, nessa relação, surgem conflitos freqüentes e honestos, na medida em que a Ética em nada ajuda a Política na obtenção daqueles seus resultados, senão que muitas vezes atrapalha.

Considerações sobre as relações entre Política e Ética demandam um tratado que muitos pensadores já escreveram mas que jamais caberá em um livro definitivo. Como resumi-las num artigo? Não sei, mas como já fiz muita palestra e escrevi textos sobre o tema, posso tentar uma supercondensação.

E começar dizendo que os arranhões ou desrespeitos pontuais da Ética, por parte da Política, arranhões que a filosofia e a própria Ética podem entender e até tolerar, naqueles casos que eu chamei de conflitos honestos, nada têm a ver com a abominável roubalheira descarada de políticos que ingressam na atividade para enriquecerem, para se aproveitarem do múnus público com o fim de obter vantagens pessoais em termos de patrimônio ou de mero poder sobre outros, ou simplesmente satisfazer suas vaidades e gozar as benesses e mordomias da fama e do prestígio.

Dito isso, pode-se iniciar o tratamento do tema distinguindo preliminarmente dois tipos ou categorias que agrupam os conflitos admissíveis que ocorrem entre a Política e a Ética: aqueles situados nos fins colimados pela Política e os outros resultantes da prática ou dos meios empregados pela Política.

Os fins da Política são, em todos os casos, o bem da comunidade, isto é, o melhor arranjo possível dos processos e regras de convivência entre as pessoas dentro da sociedade, corporificado esse arranjo no sistema de leis a que todos estão submetidos. Mas os pensamentos, opiniões e posições políticas divergem substancialmente quanto ao conteúdo do que constitui o verdadeiro bem desta comunidade que, afinal, é o fim da política.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 183/2011

Essas divergências se podem caracterizar em duas grandes perspectivas ou vertentes de pensamento: a dos que não aceitam o imperfeito arranjo vigente e querem mudá-lo, em busca da justiça e da maior felicidade coletiva, e a dos que, realisticamente, aceitam o estado vigente como sendo o melhor possível, ainda que cheio de defeitos e injustiças, afirmando que qualquer tentativa de mudança mais profunda, acarretará infelicidade maior.

Rigorosamente, sob o ponto de vista filosófico ou religioso, não se pode dizer que uma das posições seja mais ética do que a outra. Entretanto, numa perspectiva bem abrangente tomada a partir da história da humanidade, já se encontra aqui uma concessão ética, uma tolerância dos realistas para com algo que não é ético, uma aceitação fundada na chamada realidade das coisas, uma realidade supostamente imutável ou cambiável somente no longuíssimo prazo, não pela Política. Esta razão ligada às imposições da realidade é, aliás, sempre invocada para justificar ou aceitar a tolerância dos desvios éticos também nos outros casos, ligados à prática, ou aos meios empregados pela Política.

A chamada Ciência Política pretende, exatamente, conhecer e lidar com esta realidade social. E, enquanto ciência, justificando-se pela neutralidade e pela objetividade necessária, analisa situações e propõe soluções para o bom exercício do poder, para a conquista e para a administração do poder, qualquer que seja a posição política fundamental. É uma ciência que foi reconhecida originariamente na obra de Nicolau Maquiavel, no início do século XVI, e hoje se sofisticou e se desenvolveu enormemente, utilizando os conhecimentos da psicologia e da economia, a manipulação dos meios de comunicação e as técnicas da pesquisa de opinião. A tal ponto se deu este desenvolvimento que hoje é quase impossível obter êxito na prática política sem o aconselhamento desta moderna ciência política. Esta ciência é essencialmente pragmática, isto é, atua na prática, no uso dos meios, não na discussão dos fins, que continua a pertencer à filosofia.

E é no campo da prática que os conflitos ético-políticos se manifestam com maior frequência e intensidade, quase sempre invocando a grandeza ou bondade dos fins para justificar os meios diante da realidade. E aparecem, quase todos, esses conflitos, nas áreas da violência, da mentira e da permissividade.

O poder constituído tem o direito reconhecido do uso da violência para fazer cumprir as leis. As fronteiras desse direito, entretanto, não são perfeitamente definidas e a tendência ao abuso da violência é uma constante nas práticas do poder, gerando quase permanentemente conflitos entre os atingidos, que clamam em nome da Ética, e os detentores do poder, que invocam a necessidade dentro da realidade. O caso extremo desses conflitos é a guerra externa ou interna, cuja razão acaba sendo sempre a do vencedor. Ninguém vai condenar o assassinato de Kadafi.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 183/2011

O caso da mentira é clássico, com a citação de vários momentos em que a mentira é mais que uma possibilidade permitida, chegando a ser um dever do governante. E assim também a mentira de campanha eleitoral, isto é, a construção da imagem positiva do candidato, no regime democrático, como uma condição realmente necessária (embora não suficiente) para seu êxito eleitoral.

Finalmente, o ponto mais sutil, impossível mesmo de encontrar limites definidores, que é o da permissividade. Na nossa história política recente, as figuras maiores, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Lula, foram alvos de graves acusações nesse campo. No tribunal da História os dois primeiros já foram absolvidos, e tenho para mim que o terceiro também o será. Se no tocante aos conflitos da violência e da mentira seriam necessárias muitas páginas de um livro para uma discussão minimamente boa, neste particular, da permissividade, o espaço necessário seria maior do que o dobro da soma dos outros dois, tal a finura das sutilezas que precisam ser esmiuçadas. Como não disponho deste espaço nem do talento exigido, vou me limitar a uma referência de encerramento deste artigo supercondensado.

Aí pelos meados do século passado havia dois grandes líderes em Minas Gerais (celeiro de bons políticos) que chegaram a ser, ambos, governadores do Estado, um após o outro. Um era conhecido por sua impecável retidão moral, tido mesmo como referência culminante de virtude na política brasileira, embora não reconhecido como um realizador; chamava-se Milton Campos. O outro era tido como esperto, flexível, permissivo, no limite da confiabilidade da sua palavra, mas aclamado como um extraordinário realizador; chamava-se Juscelino Kubitschek. Pois foi este último que se elegeu Presidente e marcou a História do Brasil como um verdadeiro herói nacional. O outro foi um grande e honrado brasileiro hoje quase esquecido; candidatou-se a vice-presidente e foi derrotado. Foi, repito, um notável homem público brasileiro.

Assim é a Política. E a Ética compreende.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br